

# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

### ASSESSORIA DE IMPRENSA

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3229.3101



**Novo presidente**

## “Relação com o TCE será respeitosa”, garante Caiado

05/12/2018 17:30 ... Por Ludmilla Morais ... Edição 2264

**Governador eleito participou da posse do novo presidente do órgão e destacou importância da independência dos Poderes**



O governador eleito Ronaldo Caiado (Democratas) participou, nesta quarta-feira, 5, da posse da nova diretoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). Na sede do órgão, destacou, durante coletiva de imprensa, a importância da independência dos Poderes e que trabalhará “em sintonia fina” com o presidente Celmar Rech.

“A relação será respeitosa, o Tribunal é um órgão de controle e estaremos em contato direto durante toda a gestão. Temos que recuperar o Estado e encaixá-lo na Lei de Responsabilidade Fiscal”, afirmou.

Para o democrata, uma das principais discussões que precisam ser iniciadas na próxima gestão é a uniformização da metodologia de avaliação das contas públicas. Muitos parâmetros que são adotados nos Estados, não são aceitos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

“Aquilo que muitas vezes é dado como cumprido pelas Leis de Responsabilidade Fiscal (LRF) não são aceitas pelo Tesouro. É um assunto que quero discutir com o presidente do TCE no sentido de buscar um entendimento já que estou neste momento me esforçando ao máximo para buscar regime de recuperação fiscal para Goiás. Não podemos ter dois métodos e dois resultados sobre um único Estado”, argumentou.

Caiado ressaltou ainda que buscará técnicos do TCE para discutir os resultados fiscais e eventuais alertas que sejam feitos com relação, em especial, às obrigações constitucionais.

Em seu discurso de posse, Celmar Rech afirmou a confiança na gestão que Ronaldo Caiado iniciará em janeiro. “Que Deus te ilumine para que tome as decisões certas para termos um Estado próspero e que ofereça bem-estar aos cidadãos. Esta corte é parceira do senhor nesse desafio”, declarou.



## Caiado e TCE devem manter sintonia

**Governador eleito, Ronaldo Caiado, participou da posse do novo presidente do órgão e destacou importância da independência dos Poderes. Foco é a recuperação do estado**

RAPHAEL BEZERRA\*

O governador eleito Ronaldo Caiado (Democratas) participou, nesta quarta-feira (05), da posse da nova diretoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). Na sede do órgão, destacou, durante coletiva de imprensa, a importância da independência dos Poderes e que trabalhará “em sintonia fina” com o presidente Celmar Rech. “A relação será respeitosa, o Tribunal é um órgão de controle e estaremos em contato direto durante toda a gestão. Temos que recuperar o Estado e encaixá-lo na Lei de Responsabilidade Fiscal”, afirmou Caiado.

Para o democrata, uma das principais discussões que precisam ser iniciadas na próxima gestão é a uniformização da metodologia de avaliação das contas públicas. Muitos parâmetros que são adotados nos Estados, não são aceitos



Governador eleito, Ronaldo Caiado, prestigiou a posse do novo presidente do Tribunal de Contas do Estado, Celmar Rech

pela Secretaria do Tesouro Nacional.

“Aquilo que muitas vezes é dado como cumprido pelas Leis de Responsabilidade Fiscal (LRF) não são aceitas pelo Tesouro. É um assunto que quero discutir com o presidente do TCE no sentido de buscar um entendimento já que estou neste momento me esforçando ao máximo para buscar regime de recuperação fiscal para Goiás. Não podemos ter dois métodos e dois resultados sobre um único Estado”, argumentou.

Caiado ressaltou ainda que buscará técnicos do TCE para discutir os resultados fiscais e eventuais alertas que sejam feitos com relação, em especial, às obrigações constitucionais.

Em seu discurso de posse, Celmar Rech afirmou a confiança na gestão que Ronaldo Caiado iniciará em janeiro. “Que Deus te ilumine para que tome as decisões certas para termos um Estado próspero e que ofereça bem-estar aos cidadãos. Esta corte é parceira do senhor nesse desafio”, declarou.

### Incentivos e Saneago

Questionado sobre propostas mudanças no projeto de reinstituição dos incentivos fiscais, aprovado em primeira votação na Assembleia Legislativa, o governador eleito destacou que o novo texto, apresentando na última terça-feira (04) é “consenso entre setor produtivo e novo governo”

e deve ser levado a cabo como está.

Já sobre a Saneago, Ronaldo Caiado anunciou que implantará um compliance público e avaliar a situação judicial da empresa para, só então, discutir eventuais vendas de ações no mercado de capitais. “O déficit de investimento na Saneago nos últimos anos, em especial no atendimento de municípios é muito grande e se vê uma carência enorme nessa área. Mais de 50% dos municípios sofrem com escassez de água e falta tratamento de esgoto. Temos que resolver esses problemas latentes”, acrescentou.

### Mesa diretora TCE

A nova mesa diretora do Tribunal de Contas do

Estado de Goiás assumirá o mandato a partir de janeiro e deverá estar à frente do Órgão para o biênio de 2019-2020. O novo presidente do TCE será o Conselheiro do Tribunal Celmar Rech, o vice-presidente é Saulo Mesquita e Helder Valin como corregedor geral.

Rech será o 27º presidente à frente do Tribunal que tem mandato de dois anos. Natural de São Marcos, Rio Grande do Sul, Rech é graduado em Economia e Direito, pós-graduado em Direito Público e mestre em Economia do Setor Público pela Universidade de Brasília. Tem em seu currículo passagens pelo Banco do Brasil e pela Secretaria do Tesouro Nacional, onde

trabalhou por 12 anos.

Natural de Goiânia, Saulo Mesquita, é bacharel em Direito pela Universidade Católica de Goiás, em 2000, ano em que foi aprovado em terceiro lugar no concurso para o Ministério Público do Estado de Rondônia. No ano seguinte, foi aprovado em primeiro lugar no concurso para ingresso na carreira da Magistratura do Estado do Tocantins.

Atuou como juiz de Direito naquele Estado de março de 2002 a janeiro de 2010, tendo ingressado como juiz substituto na comarca de Palmas. Foi titularizado na comarca de 1ª entrância de Ponte Alta do Tocantins e promovido por antiguidade para a de 2ª entrância de Palmeirópolis e, em seguida, para a 2ª Vara Cível da comarca de 3ª entrância de Gurupi. Foi, ainda, membro da turma recursal dos juizados especiais da região de Porto Nacional-TO e exerceu a função de juiz eleitoral nas eleições estaduais tocantinas de 2002.

Helder Valin é natural de Goiânia e é formado em Matemática. Ele tomou posse como conselheiro em 2014, em uma das vagas destinadas à Assembleia Legislativa do Estado. Foi vereador de Goiânia em duas legislaturas, eleito deputado estadual para quatro mandatos, presidiu a Alego em dois mandatos (2009/2010 e 2013/2014). (\* Especial para O Hoje)

CristianoBorges



## “Teremos sintonia fina com Tribunal de Contas”, diz Caiado

Governador eleito participa da posse do novo presidente do órgão e destaca importância da independência dos Poderes

Helton Lenine

O governador eleito Ronaldo Caiado (Democratas) participou, nesta quarta-feira, 5, da posse da nova diretoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). Na sede do órgão, destacou, durante coletiva de imprensa, a importância da independência dos Poderes e que trabalhará “em sintonia fina” com o presidente Celmar Rech.

“A relação será respeitosa, o Tribunal é um órgão de controle e estaremos em contato direto durante toda a gestão. Temos que recuperar o Estado e encaixá-lo na Lei de Responsabilidade Fiscal”, afirmou.

Para o democrata, uma das principais discussões que precisam ser iniciadas na próxima gestão é a uniformização da metodologia de avaliação das contas públicas. Muitos parâmetros que são adotados nos Estados, não são aceitos pela



Ronaldo Caiado ao lado dos conselheiros Sebastião Tejeta, Celmar Rech e Kennedy Trindade

Secretaria do Tesouro Nacional. “Aquilo que muitas vezes é dado como cumprido pelas Leis de Responsabilidade Fiscal (LRF)

não são aceitas pelo Tesouro. É um assunto que quero discutir com o presidente do TCE no sentido de buscar um entendimento já que

estou neste momento me esforçando ao máximo para buscar regime de recuperação fiscal para Goiás. Não podemos ter dois mé-

todos e dois resultados sobre um único Estado”, argumentou.

Caiado ressaltou ainda que buscará técnicos do TCE para discutir os resultados fiscais e eventuais alertas que sejam feitos com relação, em especial, às obrigações constitucionais.

Em seu discurso de posse, Celmar Rech afirmou a confiança na gestão que Ronaldo Caiado iniciará em janeiro. “Que Deus te ilumine para que tome as decisões certas para termos um Estado próspero e que ofereça bem-estar aos cidadãos. Esta corte é parceira do senhor nesse desafio”, declarou.

### INCENTIVOS E SANEAGO

Questionado sobre supostas mudanças no projeto de reinstalação dos incentivos fiscais, aprovado em primeira votação na Assembleia Legislativa, o governador eleito destacou que o novo texto, apresentado na última terça-feira, 4, é “consenso entre setor produtivo e novo governo” e deve ser levado a cabo como está.

Já sobre o Saneago, Ronaldo Caiado anunciou que implantará um compliance público e avaliar a situação judicial da empresa para, só então, discutir eventuais vendas de ações no mercado de capitais.

“O déficit de investimento na Saneago nos últimos anos, em especial no atendimento de municípios é muito grande e se vê uma carência enorme nessa área. Mais de 50% dos municípios sofrem com escassez de água e falta tratamento de esgoto. Temos que resolver esses problemas latentes”, acrescentou.

Por fim, o governador afirmou que deve convocar a imprensa na

próxima segunda-feira, 10, para anunciar parte do secretariado do governo que assume no dia 1º de janeiro de 2019.

### EMPOSSADOS

Com sentimento de gratidão e demonstrando atenção aos desafios da administração pública, o conselheiro Celmar Rech tomou posse no cargo de presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás em solenidade realizada ontem.

Juntamente com o vice-presidente eleito Saulo Mesquita e o corregedor geral eleito Helder Valin, Rech compõe a mesa diretora do TCE-GO para o biênio 2019/2020. Na cerimônia, estiveram presentes o atual governador do Estado de Goiás, José Eliton, e o senador da República e governador eleito Ronaldo Caiado.

O conselheiro Celmar Rech, já empossado presidente da casa, discursou com gratidão à confiança demonstrada por seus pares, colegas dos tempos de conselheiro substituto, sua equipe de trabalho, amigos e familiares. “Aos servidores desta casa conclamo que deem o seu melhor, não meçam esforços em apresentar trabalhos que façam desta Corte cada vez mais atuante”, acrescentou.

Em seguida, Rech alertou para a necessidade do Estado brasileiro priorizar uma administração competente, eficaz e eficiente, capaz de promover benefícios reais à sociedade. “A contabilidade pública é a ciência capaz de gerar os relatórios gerenciais e fiscais que mostrem efetivamente a situação do ente estatal. Portanto, temos que ser intrínsecos com a contabilidade criativa e com os déficits financeiros”, concluiu.



## PGE garante não ter perdido prazo sobre concurso da Aganp

DA REDAÇÃO

A Procuradoria Geral do Estado (PGE), em nota, afirma que apresentou todos os recursos possíveis em processo sobre o concurso de 2006 para a Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos (Aganp) dentro dos prazos estabelecido.

Decisão do Supremo Tribunal Federal publicada revela que, no Agravo em Recurso Especial, proposto pelo Estado de Goiás, julgado como improcedente pela corte, a PGE tinha até 30 dias para interpor novo recurso. O Estado não apresentou recurso em tempo, mas a PGE reforça que cumpriu os prazos tanto no STF como no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Conforme noticiado, após 12 anos de tramitação de uma ação, o Estado de Goiás deve-



rá nomear 2 mil aprovados em concurso para o cadastro reserva da Aganp, realizado em 2006. A decisão do STF tem exceção apenas para os cargos da área de informática, que estavam envolvidos em outra ação civil pública, já transitada em julgado, e que, portanto, já foram chamados para tomar posse.



# Celmar Rech toma posse como presidente do Tribunal de Contas

**Bruna Aidar**

bruna.aidar@opopular.com.br

O conselheiro Celmar Rech foi empossado ontem presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) para o biênio 2019-2020. Além dele, completam a nova Mesa Diretora Saulo Mesquita, na vice-presidência, e Helder Valin, na Corregedoria-Geral.

Celmar defendeu, em discurso, que a administração do Estado seja “competente e eficaz” e que os relatórios fiscais “mostrem efetivamente a situação do ente estatal”. “Temos que ser intransigentes com a conta-



***Temos que ser intransigentes com a contabilidade criativa e com os déficits financeiros”***

**Celmar Rech, novo presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**



Sebastião Tejeta, Celmar Rech, Ronaldo Caiado e Kennedy Trindade

bilidade criativa e com os déficits financeiros”, disse.

Ele também pediu empenho dos servidores do TCE para “fazer a Corte cada vez mais atuante”. A equipe também foi foco do discurso do atual presidente, Kennedy Trindade, que agradeceu ao empenho dos colegas ao deixar a presidência.

Apesar de a cerimônia de

posse ter sido ontem, Celmar começa a comandar o tribunal em janeiro do ano que vem. Ele assumiu vaga no TCE em 2011, na vaga destinada a conselheiros substitutos.

Estiveram na posse o atual governador, José Eliton (PSDB), e o eleito, Ronaldo Caiado (DEM); o presidente da Assembleia Legislativa, José Vitti

(PSDB); o deputado estadual e vice-governador eleito Lincoln Tejeta (Pros); o desembargador Itamar de Lima, que representava o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO); o procurador-geral do Estado, Benedito Torres; e o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Joaquim de Castro.

## FUTURO GOVERNO

Caiado disse que, durante seu mandato, precisará de “sintonia fina” com o presidente e com o TCE e que pretende atuar para “uniformizar” o método utilizado pelo órgão estadual para julgar as contas do Estado.

Segundo ele, há disparidade entre os critérios exigidos pelo Tesouro Nacional e os estados, o que “está causando um desconforto muito grande”. “Aquilo que muitas vezes é dado como cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) não é aceita pelo Tesouro. É um assunto que quero sem dúvida discutir com o próximo presidente no sentido de buscar um entendimento, já que estou neste momento me esforçando ao máximo para buscar regime de recuperação fiscal para o Estado de Goiás”, disse.

Divulgação



## POLÍTICA

# Deputados aprovam novo índice para Orçamento Impositivo

**ASSEMBLEIA** PEC que prevê, a partir de 2019, 0,5% da receita do Estado para as emendas de autoria dos parlamentares passou em segunda votação; alíquota original era de 1,2%

**Bruna Aídar**  
bruna.aidar@opopular.com.br

A Assembleia Legislativa de Goiás aprovou ontem, em segunda e última votação, projeto de emenda constitucional (PEC) que modificou termos do chamado Orçamento Impositivo, aprovado em outubro pela Casa. Com as alterações, o índice do orçamento estadual que será aplicado no cumprimento das emendas editadas pelos parlamentares caiu de 1,2% para 0,5% a partir do ano que vem.

Nos anos seguintes, o percentual aumentará 0,1% anualmente, até chegar a 0,8% em 2022. Anteriormente, não estava previsto o escalonamento da alíquota das emendas.

Além disso, todo o valor, que inicialmente deve ser de cerca de R\$ 2,7 milhões por deputado,

deverá ser aplicado apenas na saúde, até 2021. Depois disso, o valor fica em 70% para saúde e educação e os demais 30%, para outras áreas.

As regras foram instituídas por emenda de Simeyzon Silveira

“  
**Eu achei que hoje a Assembleia se rebaixou quanto ao maior legado da Casa, a média nacional é de 1,2%”**

**Talles Barreto (PSDB), deputado estadual, criticando a redução da alíquota**

ra (PSD) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), após articulação que envolveu o autor da PEC, Bruno Peixoto (MDB), o líder do Governo, Francisco Oliveira (PSDB), o presidente da Assembleia, José Vitti (PSDB) e o ex-deputado estadual Samuel Belchior, que virou presença constante na Casa para articular matérias de interesse do governador eleito, Ronaldo Caiado (DEM).

Segundo Bruno, a proposta final foi acordada após conversa com a equipe de transição, “pensando na autonomia do Legislativo e no bem estar financeiro do nosso Estado”. Foi ele quem começou a discussão sobre mudar os termos do Orçamento Impositivo, após as eleições deste ano. Originalmente, a proposta do deputado era que a aplicação das emendas fosse adlada por



Deputado Bruno Peixoto (MDB): acordo após conversa com equipe de transição

um ano, mas a proposta causou intensa polêmica na Casa, até chegar ao acordo atual.

“Com o déficit financeiro do nosso Estado, nós não poderíamos impor ao nosso Estado mais uma imposição de receita carimbada. Mas entendo que era importante para o Poder e, agora, atendemos também os deputados que não ganharam a eleição, porque já vamos colocar para o próximo ano”, pontuou ele.

## CRÍTICAS

Por outro lado, o responsável por incluir as emendas impositivas na Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano que

vem, deputado estadual Talles Barreto (PSDB) não poupou críticas aos novos termos da proposta: “Eu achei que hoje a Assembleia se rebaixou quanto ao maior legado da Casa, a média nacional é de 1,2%, porque a gente vai para 0,5%?”, questionou.

“Nenhuma entidade vai poder receber emendas, hoje você não pode colocar nem na educação, que tem 25% de vinculação”, criticou. “Foi um equívoco da Assembleia.”

Talles e Major Araújo (PRP) foram os dois únicos deputados a votarem contra a PEC. No total, 31 parlamentares foram favoráveis à matéria.

Zuhair Mohamad



## GIRO



**Caio Henrique  
Salgado**

[caio.salgado@opopular.com.br](mailto:caio.salgado@opopular.com.br)

### *Convite aceito*

Caiado e Eliton se encontraram na posse do conselheiro Celmar Rech na presidência do TCE. O atual governador convidou seu sucessor para cerimônia de sanção da convalidação dos incentivos fiscais.

### *Ponte aérea*

Depois da posse no TCE, o governador eleito seguiu para Brasília, onde tratou com o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, de possibilidades para a recuperação fiscal do Estado.



# Projeto prevê mais alterações

**INCENTIVOS** Reinstituição de benefícios fiscais deve ser levada hoje à segunda votação na Assembleia Legislativa; emenda estabeleceu diluição de vantagens e prazos para revisão

**Katherine Alexandria**  
katherine.alexandria@opopular.com.br

Aprovado em primeira votação na terça-feira (4), o projeto de lei que trata da reinstituição de incentivos fiscais em Goiás segue hoje para a segunda votação na Assembleia Legislativa. Além de reduzir benefícios concedidos para alguns setores, ele prevê prazos para novas alterações, que devem ser feitas no primeiro ano do governo de Ronaldo Caiado (DEM).

“  
Ficou definido que  
haverá nova  
discussão no final  
do ano de 2019 para  
ver como estará a  
situação do Estado”

**Lívio Luciano (Podemos),  
deputado estadual**

Ontem, o governador eleito declarou que será dada continuidade na maneira como foi a votação na Assembleia Legislativa. A expectativa é de que ocorra aumento na arrecadação do Estado em R\$1 bilhão para 2019 com as alterações propostas na convalidação dos incentivos. Caiado disse, durante evento de posse da nova diretoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE), que, sem isso, a discrepância entre o orçamento aprovado do Estado e o que se concretizará seria enorme.

O valor de R\$1 bilhão ele considera como pequeno diante do déficit orçamentário. O projeto que passou após discussões com representantes do setor produtivo, em especial com a Associação Pró-Desenvolvimento Industrial (Adial), faz alterações por setores, como o futuro governo queria. Mas em alguns casos foram menores os cortes. Entre os exemplos está o setor sucroalcooleiro, que tem crédito outorgado de 60% no álcool e passará a recolher 15% para o Fundo de Proteção Social de Goiás (Protege) e não vai mais diminuir para 30%.



Marcello Dantas

Lívio Luciano (Podemos), relator do projeto: novo debate em 2019

Na proposta, os benefícios dos programas Fomentar e Produzir também serão reinstituídos, sendo condicionado à mesma contribuição de 15% para o Protege. O que vai valer por seis meses a contar de abril, que é quando a lei entraria em vigor. Depois, o percentual irá decrescer 1% a cada mês. “Fi-

cou definido que haverá nova discussão no final do ano de 2019 para ver como estará a situação do Estado”, explica o deputado Lívio Luciano (Podemos), relator do projeto, sobre a possibilidade de novas mudanças e uma continuidade na discussão com o setor empresarial em busca de um equilíbrio

entre competitividade para empresas e incremento na arrecadação de impostos.

Um dos pontos de recuo do que foi articulado pelo governo eleito e mostra essa preocupação se refere ao setor atacadista. Havia intenção de redução, mas foram mantidos os 11% no recolhimento do imposto de saída, isso porque há Estados com alíquotas menores. De outro lado, a diluição de benefício para alíquota do “boi em pé”, por exemplo, é proposta, segundo Lívio Luciano, porque o mercado da carne voltou à normalidade depois da crise e seria ato para incrementar atividade local e inibir a saída sem agregar valor.

Também para não perder competitividade, com o texto em discussão, o Estado adere à “regra da cola”. O mecanismo previsto na Lei Complementar número 160 de 2017 para a reinstituição dos benefícios permite que o benefício aplicado em um Estado seja reaplicado em outro da mesma região. Neste caso, Goiás poderá copiar vantagens dos vizinhos do Centro-Oeste.



POSSE

## "José Eliton sempre teve espírito republicano", diz presidente eleito do TCE

Celmar Rech também agradeceu Marconi Perillo

05.12.18 - 20:28

Tweetar Share 0



### A Redação

Goiânia - O governador José Eliton participou nesta quarta-feira (5/12) da posse dos novos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). Na solenidade, Celmar Rech tomou posse como presidente da entidade para o biênio 2019-2020. Saulo Marques Mesquita foi empossado no cargo de vice-presidente, e Helder Valin Barbosa como corregedor-geral. Durante discurso, o presidente que deixa o cargo, Kennedy Trindade, ressaltou o trabalho em parceria feito com o atual Governo de Goiás. “Vossa Excelência sempre reconheceu o trabalho desta Corte”, afirmou, ao agradecer o governador.

O presidente eleito do TCE-GO também agradeceu ao governador “pelo espírito republicano” que sempre manteve com a entidade. “Tanto o senhor (José Eliton) quanto o ex-governador Marconi Perillo sempre tiveram espírito republicano por essa corte. Fica registrado meu apreço”, disse Celmar Rech. A cerimônia foi antecipada, visto que Rech só assumirá definitivamente o posto em janeiro de 2019. Por enquanto, o atual vice-presidente da casa atua em conjunto com uma comissão de transição designada para subsidiar a troca de gestão na Corte.

### Empossados

**PRESIDENTE** - Celmar Rech tomou posse como conselheiro do TCE-GO em 2011, na vaga destinada aos conselheiros substitutos, cargo que ocupou, por concurso público, de 2008 a 2011. Ele foi corregedor-geral na gestão 2015-2016 e vice-presidente em 2017-2018. Gaúcho de São Marcos (RS), Rech é graduado em Economia e Direito, pós-graduado em Direito Público e mestre em Economia do Setor Público.

**VICE-PRESIDENTE** - Saulo Mesquita foi empossado em agosto de 2013, na vaga destinada ao Ministério Público de Contas. Sua posse como procurador de contas foi no início de 2010, depois de aprovação em concurso público. Mesquita é bacharel em Direito e atuou como juiz no Estado do Tocantins.

**CORREGEDOR-GERAL** - Helder Valin tomou posse como conselheiro em 2014, em uma das vagas destinadas à Assembleia Legislativa do Estado. Foi vereador de Goiânia em duas legislaturas; eleito deputado estadual para quatro mandatos, presidiu a Alego em dois mandatos (2009/2010 e 2013/2014)



POLÍTICA

## Assembleia aprova Orçamento Impositivo que prioriza área da Saúde

Percentuais destinados às emendas reduziram

05.12.18 - 19:55

Twitter Share 0



### A Redação

Goiânia - O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, durante sessão ordinária dessa quarta-feira (5/12), em votação definitiva, a PEC que altera percentuais e vínculos referentes ao pagamento do Orçamento Impositivo. Inscrita sob o processo legislativo nº 4846/18, a matéria, de autoria do deputado Bruno Peixoto (MDB), foi emendada pelo deputado Simeyzon Silveira (PSD) durante a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

O texto final aprovado é, portanto, o apresentado por Simeyzon, em que este lança previsão de pagamentos graduais a serem executados a partir do próximo ano. Nele, também consta redução nos percentuais a serem anualmente destinados às emendas parlamentares, que chegariam ao montante máximo de 0,8% até o final da próxima legislatura. Além disso, a nova proposta também determina que a aplicação dos recursos seja destinada prioritariamente à área da saúde.

Com isto, a Receita Corrente Líquida do Estado destinada ao Orçamento Impositivo passaria a ser de 0,5% para o ano que vem; 0,6% em 2020; 0,7% em 2021; e 0,8% em 2022. O novo texto modifica, assim, PEC aprovada, meses atrás, pelo Plenário da Casa. Nela se estipulava o pagamento integral das emendas parlamentares já no primeiro semestre de 2019. O valor então fixado no orçamento estadual havia sido de 1,2%.

A PEC recebeu 31 votos favoráveis e dois contrários. Votaram contra a PEC os deputados Major Araújo (PRP) e Talles Barreto (PSDB).

### Discussão

Durante discussão da matéria, Talles Barreto voltou a defender a manutenção do texto original da emenda, conforme aprovado pelo Plenário da Casa em setembro. “Sou favorável à que 70% do valor seja com vinculação 30% sejam de aplicação livre. Não votem contra a maior conquista que tivemos nessa legislatura”, argumentou.

Já o deputado Paulo Cezar Martins (MDB) se posicionou favoravelmente ao acordo recém-formado com o governo eleito de Ronaldo Caiado (DEM). “Nós lutamos aqui o tempo todo e o “Tempo novo” (Gestão de Marconi Perrillo) não deixou que as emendas impositivas fossem liberadas. Agora esperamos que, com esse entendimento, o novo governo possa garantir os R\$ 2,7 milhões devidos a cada um dos 41 parlamentares”, ponderou.

O deputado Henrique Arantes (PTB) também fez coro ao pensamento de Paulo Cezar. “Embora não seja o paraíso, entendo que o acordo que é muito melhor do que encarar uma briga que ia se arrastar durante todo o governo de Caiado”, observou.